



Presidente **p.7**

Governo vai aumentar a dívida em 11 mil milhões de euros



Parlamento **p.15**

PS é o "Partido Socialista Revanchista"

POVO LIVRE



nº 1906

20 de Janeiro de 2016

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



ELEGER MARCELO REBELO DE SOUSA É AFIRMAR A INDEPENDÊNCIA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Pedro Passos Coelho discursa durante um jantar-comício em São João da Madeira

Pedro Passos Coelho em entrevista à RR

“Governo não está a preservar a confiança dos investidores externos”

O presidente do PSD foi o convidado do programa “Terça à Noite” da Rádio Renascença, na semana passada. Uma entrevista conduzida pela jornalista Raquel Abecassis e que serviu para fazer um balanço dos primeiros tempos do governo de António Costa, da banca nacional, das eleições presidenciais e dos principais problemas que ameaçam o futuro do país.

Como olha para estes primeiros dias de Governo?

Com bastante apreensão, não pelo facto de se estar a reverter ou a destruir o que foi feito pelo Governo que chefie, mas porque me parece, em primeiro lugar, que reverter e destruir é muito pouco para definir um programa de futuro do novo Governo. Se a missão deste Governo é desfazer o que o anterior fez, é uma missão que se esgotará dentro de pouco tempo e que estrutura pouco o futuro. Em segundo lugar, porque muitas das coisas que fizemos dizem respeito a reformas importantes que não deviam mesmo ser revertidas.

Está a falar de?

De muitas coisas. Queria distinguir a chamada austeridade daquilo que são as medidas extraordinárias. É possível repor os salários mais depressa? Que se reponham, porque eu também não os tirei por prazer. É possível nos casos das reformas andar mais depressa, retirar a sobre-taxa mais depressa?

Sobretaxa cuja devolução não vai ser possível acontecer tão depressa quanto nos disse na campanha eleitoral...

Façam o favor. Acho arriscado. Disse-o enquanto primeiro-ministro, disse-o na campanha eleitoral, de uma forma totalmente anti-demagógica, e continuo a dizê-lo



hoje. Prefiro ser prudente e poupar as pessoas a mais desespero no futuro do que fazer uma política demasiado arriscada apenas com a pressa de mostrar que podemos dar. Nesse capítulo, de um modo geral, os partidos que sustentam este Governo e o próprio Governo querem acelerar este processo apenas para poderem enfatizar que o Governo anterior não tinha tido a necessidade de tomar estas medidas – as coisas funcionarão bem se estas medidas forem removidas, portanto só pode ter sido uma escolha ideológica tê-las colocado em prática. Ora, não é

assim: o que este Governo está a remover fá-lo porque deixámos resultados que lhe permitem fazer isso.

Então o senhor também podia fazer mais depressa?

Mas não queria fazer mais depressa para não correr riscos para a população portuguesa.

Há agora riscos?



É uma estratégia arriscada. Temos ainda na conjuntura externa elementos de incerteza muito grandes, os países emergentes não estão a crescer ao ritmo que se estimava há um ano, a China, em particular, tem vindo, a suscitar dúvidas e incertezas para um futuro muito próximo. Ainda hoje, o Royal Bank of Scotland veio chamar a atenção para a possibilidade de um cataclismo financeiro em 2016. Há pessoas que seguem com atenção estas matérias financeiras em todo o mundo e acham que ainda há uma incerteza muito grande e que deveria conduzir países mais vulneráveis a estratégias mais prudentes. A nossa é tão imprudente quanto já houve notícia de que vamos diminuir o ritmo de amortizações antecipadas que tínhamos calendarizado relativamente ao FMI. São empréstimos que têm uma taxa de juro mais elevada do que aquela que Portugal nesta altura enfrenta no mercado. Prescindimos de poder vir a pagar juros mais baixos amortizando essa dívida porquê? Porque o défice vai ser maior do que aquele que estava estimado, a dívida pública será maior do que aquela com que nos tínhamos comprometido.

Porquê?

Por decisão política. Tínhamos programado que em 2016 o défice deveria recuar para 1,8% do PIB. Mas o actual Governo insiste que essa meta seja maior, 2,8%. Vamos concluir 2015 cumprindo a meta de não exceder os 3% e em 2016 o Governo propõe praticamente não fazer nada. Isso significa financiar mais défice do que aquele que estava inicialmente previsto. Se isso acontecer, o Governo vai ter que ir às reservas...

... aos tais cofres cheios.

Exactamente. E usar essas reservas não para poder ficar a pagar juros mais baixos no futuro, mas para poder financiar o seu défice maior. Parece-me uma estratégia arriscada. Se houver alguma coisa que não corra bem, ficamos outra vez "ai ai ai ai, quem é que nos pode ajudar?". Desistir da prudência apenas para agradar e tentar fazer um ponto político de que os malandros que estiveram no governo antes quiseram fazer mal às pessoas...

Há o risco de termos um novo resgate?

Isso representaria o pior que nos poderia acontecer.

No sector da banca, o Governo PSD/CDS não conseguiu resolver a situação do Banif.

Não conseguimos obter da Direcção-geral da Concorrência autorização para separar os activos [do Banif], vender o que era bom e tentar digerir o que era menos bom. É muito importante para futuro preservar a estabilidade do sistema financeiro para crescer. E já agora preservar também a confiança dos investidores externos em Portugal. Este Governo não o está a fazer.

Está a falar da reversão dos transportes?

Disso, da ameaça velada que foi feita sobre uma eventual nacionalização da TAP. E a solução que foi adoptada relativamente à capitalização do Novo Banco será paga a preço de ouro pelo sistema financeiro. A solução em si não me parece má, mas não ter dado a possibilidade de converter a dívida em capital significa que todos os fundos que compram obrigações e dívida pública ficam com os dedos escaldados. E assim não tomarão novas obrigações que são emitidas por bancos portugueses. Deixam os nossos bancos, sendo necessário recorrerem a financiamento, na iminência de terem de ir mais ao BCE ou de recorrerem uma intervenção do Estado.

Paulo Portas vai deixar a liderança do CDS. Como é que avalia esta decisão?

Respeito muito a decisão que o doutor Paulo Portas tomou. O CDS é realmente um partido indispensável à democracia portuguesa e o doutor Paulo Portas é uma figura de muito relevo na política nacional, que nos últimos quatro anos desempenhou também uma função muito relevante no Governo. Primeiro, como ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e, depois, como



vice-primeiro-ministro. E muito do que foi o sucesso que conseguimos obter nos últimos quatro anos a ele se deve também como líder do CDS. As suas motivações políticas ou pessoais merecem o meu respeito. As circunstâncias dele não são as mesmas que me dizem respeito a mim, no PSD, e portanto é natural que possamos ter avaliações diferentes sobre aquilo que é a decisão que cada um deve tomar em relação ao futuro.

A saída de Paulo Portas facilita um certo afastamento estratégico entre PSD e CDS?

Não há um afastamento estratégico que tenha sido deliberado, creio eu, nem pelo CDS nem pelo PSD.

Mas foi consensual que, agora, os dois partidos teriam de ter vida autónoma?

Nós tínhamos uma coligação de Governo com o CDS, o Governo foi derrubado no Parlamento e essa coligação deixou de existir. Foi uma morte natural. Mas isso não significa que exista entre estes dois partidos uma proximidade estratégica muito grande.

O CDS mantém-se como um aliado preferencial do PSD, partilhámos experiências que são muito relevantes para o país, muitas vezes os partidos na oposição têm maneiras de olhar para a sociedade e para um futuro exercício de Governo que é demasiado teórico. Quando partilham essas experiências no Governo, tornam-se mais próximos, mais realistas e essa experiência que tivemos com o CDS é muito importante para os partidos, mas para o país também e não se irá perder para futuro, com certeza.

Como vê aqueles acham que devia seguir o exemplo de Paulo Portas e deixar o PSD?

São pessoas que prefeririam que outra pessoa liderasse o PSD. Estão no seu direito.

Mas não faz essa reflexão? Não acha que o partido para iniciar este novo ciclo na oposição precisava de caras novas e de sangue novo?

Eu fiz essa reflexão e anunciei ao conselho nacional a intenção de me recandidatar. O facto de o PSD estar hoje na oposição e de, nessa medida, lhe competir preparar uma alternativa futura de Governo não é incompatível com ser presidido por quem foi primeiro-ministro e deixou de ser. Não há nenhuma incompatibilidade nisso.

Não há uma dificuldade na mudança?

Eu não tive dificuldade nenhuma, devo dizer. Não sou nostálgico, o poder nunca me subiu à cabeça, não mudei muito a minha maneira de estar, não mudei significativamente a minha maneira de pensar. As circunstâncias é que são diferentes e eu não deixarei de funcionar como líder do PSD nas novas circunstâncias em que o PSD está.

No PSD muita gente a diz que o partido deixou de ser social-democrata e passou a ser ultraliberal.

Enquanto fui primeiro-ministro precisámos de fazer um ajustamento orçamental significativo, muito grande mesmo, porque o desequilíbrio das contas públicas era muito grande.

Esse programa, que no essencial é de consolidação orçamental, nem é de esquerda nem é de direita. As pessoas que usam a imagem de que nós tivemos de cortar salários, de cortar pensões, aumentar impostos e por aí fora, que isso é uma política de direita... Não. Senão teríamos de considerar que o doutor Mário Soares também era um expoente perigoso da direita em Portugal e não foi.

Não havia outra maneira de aplicar a austeridade do programa da troika?

Não, não havia. Quando o Estado não tem dinheiro

e tem uma dívida ou um défice muito elevados, a única coisa que tem a fazer é reduzir a sua despesa, aumentar na medida do possível a receita, porque senão o ajustamento é feito à bruta e com muito mais dor. Isso não faz do Governo em questão, seja ele qual for, nem de direita nem de esquerda. Faz o que tem de fazer e nós fizemos o que tínhamos de fazer.

Eu senti-me muito social-democrata quando tive de escolher a forma como esses sacrifícios iam ser distribuídos. E por essa razão é que posso dizer, são os factos objectivos. Aqueles que tinham rendimentos superiores, fossem empresas, fossem famílias, o contributo que tiveram, quer do lado fiscal quer do lado salarial, foi muitíssimo maior do que aqueles que tinham pouco. Aquilo a que se chama a classe média, média-alta, pela primeira vez numa situação de crise em Portugal, suportou uma factura muito mais elevada do que era costume nos anos anteriores.

Acha que vai voltar a ser primeiro-ministro?

Julgo que o PSD está preparado para voltar ao Governo para fazer o que não teve a possibilidade de acabar de fazer e eu, como primeiro-ministro que fui, de completar um trabalho que deixei a meio em termos de reforma estrutural. Nesse sentido, sim, acho que há condições para que isso possa acontecer. Mas não tenho, relativamente ao futuro, ideias cabalísticas, não tenho a mania que tenho mesmo que ser primeiro-ministro. Se voltar ao Governo é porque este falhou e a alternativa do PSD é melhor, mais confiável para as pessoas.

Não vou ficar de braços cruzados à espera que isto dê mau resultado e que por inércia volte a chegar lá. É muito importante que o que deixámos por fazer possamos completar, mas que novas coisas e desafios possam emergir e merecer o voto e a confiança e o voto das pessoas. Essa é a minha missão como presidente do PSD.

O PSD recomenda o voto no candidato presidencial Marcelo Rebelo de Sousa, mas já o apelidou de cata-vento político.

Não é verdade que tenha, rigorosamente, chamado cata-vento ao doutor Rebelo de Sousa.

A quem é que se referia com essa expressão?

Não me referia a ninguém em particular. A moção de estratégia que apresentei ao congresso assumia um perfil de candidato a Presidente da República que estivesse muito próximo daquilo que tem sido o exercício do mandato presidencial do professor Cavaco Silva. Continuo a defender que o Presidente da República deve ser, no essencial, um árbitro do jogo político e não um jogador ao nível dos partidos políticos. Não é o Presidente da República que governa, é o Governo que governa.

O Presidente da República deve, no entanto, utilizar a sua magistratura de influência de modo a conseguir que as pontes que são necessárias entre os partidos, a relação dos partidos com a sociedade, possa funcionar de uma forma mais harmoniosa.

Isso exige um mandato apartidário e exige alguém que não venha trazer para Belém a 'espuma dos dias' e que não funcione como um cata-vento das ideias do dia-a-dia, às vezes, ideias contraditórias que existem na sociedade portuguesa, mas que saiba, de acordo com aquilo que é a sua experiência política - a interpretação dos poderes do Presidente da República -, usar essa magistratura para dar corpo à ideia do que deve ser uma reforma do país, das suas estruturas económicas, sociais, que tenha uma base de entendimento consensual o mais larga possível.

Mas o fato de Cavaco Silva não serve lá muito bem a Marcelo Rebelo de Sousa.

Não vejo porquê. Eu acho que são personalidades muito diferentes, que é uma coisa diferente de dizer que têm uma concepção muito diferente da natureza dos poderes do Presidente da República e do mandato presidencial.

Influenciam a forma de exercício do cargo.

Com certeza e eu não espero que o professor Rebelo





de Sousa tenha exactamente a mesma maneira de estar do professor Cavaco Silva. Seria, de resto, muito suspeito que isso acontecesse. Agora, eu creio - pelo menos foram essas as razões que nos levaram a recomendar o voto no doutor Rebelo de Sousa - que ele tem da função presidencial uma noção institucional que não difere, na sua natureza, daquela que tem sido a interpretação do professor Cavaco Silva. Julgo que a maneira como ele vem exprimindo ao longo destes anos o entendimento sobre a função presidencial não se afasta muito daquilo que é a noção que o PSD há muitos anos faz desta função.

O senhor não desmentiu na altura a ideia do cata-vento.

Também não se pode pôr a questão nesses termos. O problema está em que foi o próprio professor Rebelo de Sousa que, na altura, achou que aquilo lhe era dirigido, mas foi dito por muita gente e eu também o referi na altura, que aquilo não tinha um destinatário, em particular, era a nossa concepção do exercício da função presidencial. E mantém-se. Ela não se alterou.

Houve alguns candidatos da área do PSD que estiveram na perspectiva de avançar. Marcelo Rebelo de Sousa não era o seu preferido?

Não há uma questão de preferência, aqui. Não há, mesmo. Defendo que as eleições presidenciais não devem ser eleições de natureza partidária nem devem ser partidarizadas. Mal seria que os grandes partidos políticos não tomassem parte desse debate, não interviessem, não tomassem a sua posição, não pudessem apoiar um candidato. Mal seria que o PSD, com a história que tem, não pudesse ter de entre as suas fileiras alguém que pudesse ter perfil presidencial e tinha vários, variadíssimos mesmo, felizmente.

Agora, um candidato que aparece pela mão de um partido, como por exemplo o candidato do PCP [Edgar Silva] ou a candidata do Bloco de Esquerda [Marisa Matias],



que são assumidamente partidários, no sentido em que foram indicados pelas direcções dos seus partidos, com objectivos de natureza partidária, eu e o PSD não temos esse entendimento das candidaturas presidenciais. Por essa razão é que ainda na altura em que estávamos no Governo, em coligação com o CDS, acordei com o doutor Paulo Portas que os nossos partidos apenas se pronunciariam sobre a matéria presidencial, preferencialmente, depois das eleições legislativas e teriam, tanto quanto possível, uma posição comum sobre a eleição e foi isso que aconteceu. Aquela que na nossa área política mais poderia concitar o nosso apoio é, inquestionavelmente, a candidatura do doutor Rebelo de Sousa. Não há sequer nenhuma outra que tenha grande origem na nossa área política e, nessa medida, ao contrário do que acontece

com o PS, que tem cinco candidaturas que disputam o apoio da área socialista, sendo que pelo menos quatro deles são mesmo militantes do PS.

Vai participar nesta campanha ou não?

Essa pergunta está um bocadinho ultrapassada, porque o doutor Rebelo de Sousa já respondeu. Eu combinei com ele que não teria participação física na campanha eleitoral. Nós decidimos recomendar o voto no doutor Rebelo de Sousa, apoiamo-lo para Presidente da República, não tenho dúvida de que a grande maioria das pessoas do PSD, dos militantes, das suas estruturas, estarão envolvidas na campanha no sentido de poderem ajudar em tudo o que for preciso.

Acha que a sua presença na campanha é tóxica para Marcelo Rebelo de Sousa?

Julgo que não. A palavra tem sido usada indevidamente, porque não existe nenhuma limitação quanto à nossa assunção de apoio à candidatura.

Mas pode haver uma limitação por parte de Marcelo Rebelo de Sousa?

Também não me parece que haja, mas nessa parte terá de lhe perguntar a ele, não é a mim. Nós saímos de um período de debate e vivência política muito intensos, cristalizado em torno do resultado das últimas eleições legislativas e de uma certa usurpação desses resultados que foi feita pelo PS para chegar ao Governo. Se aquele que foi ainda até há pouco tempo o primeiro-ministro, que de resto ganhou as eleições legislativas, se envolvesse directamente na disputa presidencial, haveria sempre a tendência para tornar esta eleição presidencial numa espécie de segunda volta das legislativas. E então o que estaríamos a discutir era a solução de Governo e não a solução para Belém.

Eu acho que é do interesse de todos na eleição presidencial que não se confundam os planos. A razão porque recomendamos o voto no doutor Rebelo de Sousa não tem nada que ver com as eleições legislativas, tem que ver

Que foram?

Na altura em que o seu Governo caiu disse que não contassem com o PSD quando o seu voto fosse necessário para salvar este Governo. Deduz-se que tem a expectativa de que esta solução governativa não chegue ao fim do seu mandato.

Mas deduz mal, porque o que eu quis dizer e parece-me que qualquer pessoa em Portugal o entende com clareza cristalina é que, se o PSD que ganhou as eleições não pôde contar com o apoio do PS, que é o segundo partido em Portugal, para poder governar, seria uma perversão democrática que o segundo partido viesse a fazer uma espécie de chantagem democrática sobre quem ganhou as eleições, que passaria a ter a função de apoiar quem perdeu. Ora, isto não faz sentido nenhum.

O PS e o doutor António Costa disseram que só derubariam o Governo saído das eleições se tivesse uma alternativa que ele qualificou como uma maioria estável, coesa e consistente. Ora, se essa maioria existir, não há nenhuma razão para que o PSD, que teve o seu Governo chumbado por essa maioria no Parlamento, se transformasse, de repente, no sustentáculo político desse próprio Governo que emergiu dessa maioria. Isso seria absurdo. Agora, isso não quer dizer que esta maioria não tenha a obrigação de governar. Tem, claramente, a obrigação de

desastres financeiros? E isto num banco de menor dimensão e que estava nas mãos do Estado.

Vamos ver quanto custa.

Fala-se em três mil milhões...

É muito possível que esse custo esteja inflacionado porque a Direcção-geral da Concorrência fez um desconto de 66% no valor dos activos que o Banif tinha. É muito possível que esses activos valham mais do que foram contabilizados para efeitos da resolução.

Mas vai custar caro.

Foi uma questão que não se conseguiu resolver. Enquanto fui primeiro-ministro, resolvi muitas questões. Até uma verdadeira surpresa, a do Banco Espírito Santo.

Pode dizer-se que essa questão e a venda do Novo Banco o distraíram do Banif?

Não creio que a questão se possa colocar assim. A auditoria que nós [PSD] solicitámos a todo este processo e a comissão de inquérito, que também propusemos, serão importantes para olhar em detalhe para tudo isto. Não o consigo fazer aqui num minuto ou dois.

Mas não houve incúria do Estado?

Não creio. Não vou dizer que as questões Banif e Novo Banco sejam independentes, claro que houve alguma relação entre as duas. Não tenho dúvida que durante o período em que o Banco de Portugal, através do Fundo de Resolução, estava a procurar vender o Novo Banco não se sentiria impellido a tomar uma decisão de resolução do Banif.

Portanto, a questão foi atrasada.

Não diria atrasar. Nunca conseguimos identificar um comprador para o Banif. Por isso, disse que, se estivesse no Governo, não teria uma solução muito diferente. Um banco que está em dificuldades ou é capitalizado pelos seus próprios accionistas - ora, o Estado que involuntariamente era accionista não ia pôr lá mais dinheiro e os accionistas privados originais não tinham dinheiro para lá pôr -, ou é vendido (nunca conseguimos identificar um investidor) ou, se não for resolvido, tem que ser liquidado, que é um custo muito superior ao da resolução.

Não era de excluir que durante o processo de venda do Novo Banco, um investidor que não tivesse conseguido comprar o Novo Banco, e tivesse interesse em entrar em Portugal e adquirir a rede de balcões do Banif, entendesse que poderia fazer uma oferta sobre o Banif. Poderia haver sinergias resultantes do processo de venda do Novo Banco que ajudassem a resolver o problema do Banif.

Houve uma altura em que o BCE retirou o estatuto de contraparte ao Banif, porque ele já não tinha capacidade e activos para poder aceder à liquidez do Banco de Portugal ou do BCE. Isso resultou de se ter andado a tratar da questão do Banif na praça pública. Uma vez que parece ter havido a preocupação de imputar tantas culpas ao Governo anterior, parece que não houve o cuidado de tratar este assunto com a reserva que ele devia merecer. O primeiro-ministro [António Costa], para marcar uma diferença com o anterior e dizer: "Eu não me escondo por trás do governador do Banco de Portugal", quis anunciar a decisão do Banif quando quem decidiu resolver o Banif foi o Banco de Portugal.

[No Governo PSD/CDS] Não conseguimos obter da Direcção-geral da Concorrência autorização para separar os activos, vender o que era bom e tentar digerir o que era menos bom. É muito importante para futuro preservar a estabilidade do sistema financeiro para crescer. E já agora preservar também a confiança dos investidores externos em Portugal. Este Governo não o está a fazer.



com a concepção que fazemos do mandato presidencial, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, a defesa que, do nosso ponto de vista, o doutor Rebelo de Sousa, de certa maneira, corporiza quanto à importância estratégica que a nossa participação no projecto europeu e na União Europeia pode representar para Portugal, que é um país profundamente europeísta, cujo futuro e cujo crescimento no futuro depende de uma forma quase radical de não estar na Europa de uma forma desconfiada, que se quer para futuro descomprometida, como têm muitas outras forças políticas que apoiam outras candidaturas.

Não o incomoda ouvir Marcelo Rebelo de Sousa dizer que fará tudo para que esta legislatura chegue ao fim?

Não, nada. Porquê?

Não é essa a sua ideia.

Por que é que diz isso?

Pelas declarações que o ouvi fazer no Parlamento.

governar.

E condições para governar durante quatro anos?

Eu estou muito de acordo com o doutor Rebelo de Sousa nesta matéria e noutras também. Eu acho que é muito importante quando confrontamos o Governo com as suas responsabilidades. Este Governo e os seus responsáveis disseram que só iam tomar posse porque tinham uma alternativa coesa, estável, duradoura e consistente. O país não pode andar a fazer eleições a cada meio ano e a estabilidade política, em princípio, é um bem desejável. Não é um fim em si mesmo, mas é um bem desejável, porque é isso que permite depois que os governos possam, com algum horizonte e com alguma profundidade, mostrar o que valem. Ora, uma vez que temos um novo Governo, que esse Governo se suporta numa maioria no Parlamento, embora não tenha uma coligação formal, esse Governo agora, com essa maioria, tem de mostrar o que valem. E portanto, terão o horizonte da legislatura para se afirmar.

Como explica a surpresa do Banif, que nos vai custar quase tanto como outros

Debate quinzenal

Governo vai aumentar a dívida em 11 mil milhões de euros



O presidente do PSD tem dúvidas se haverá alguma redução do défice estrutural em 2016, tendo a meta de défice do Governo (2,8%), prevendo que o actual Executivo vai aumentar a dívida pública em 11 milhões de euros. “No primeiro debate que tivemos ocasião de realizar tive oportunidade de cumprimentar o Governo pela perspectiva de Portugal poder vir a garantir um défice não superior a 3%, que nos daria a possibilidade de vir a sair do procedimento por défice excessivo, caso após a avaliação a ser feita pelas instâncias europeias houvesse a convicção de que a política orçamental futura confirmasse a tendência para manter o défice português claramente abaixo dos 3% e nessa medida permitir a Portugal beneficiar da flexibilidade necessária à luz do pacto de Estabilidade e Crescimento. Confirmando que tanto quanto os resultados vão sendo conhecidos, que no que respeita às contas públicas de 2015, tudo indica que se confirmará que Portugal, excluindo a operação extraordinária do Banif, terá um défice não superior a 3%. Disse na altura que isso era essencial para o país, muito importante para a flexibilidade de que podemos beneficiar num futuro próximo para efeito de continuação de reformas estruturais”.

Partindo do dado referente a um défice na ordem dos três por cento em 2015 - excluindo despesas extraordinárias (como a injeção de capital no Banif) - e de uma meta assumida pelo Governo socialista de 2,8 por cento de défice para 2016, o presidente do PSD, por várias vezes, questionou o primeiro-ministro sobre qual a redução do défice estrutural prevista para este ano. Ou seja, Pedro Passos Coelho colocou em causa que exista este ano redução do défice estrutural, até porque se sabe que o Governo reduziu em 500 milhões de euros



o reembolso a credores (sobretudo o Fundo Monetário Internacional).

No debate quinzenal com Primeiro-Ministro, dia 15, o líder do PSD recordou que entretanto ouvimos o ministro das Finanças a dar a entender o contrário do que já tinha dito, ou seja, de que afinal talvez seja difícil sair do procedimento excessivo dada a operação do BANIF. Face a estas afirmações, o social-democrata questionou

a António Costa se o Governo confirma que Portugal mantém ou não a expectativa de ficar abaixo dos 3%. “Pergunto se realmente a preocupação central não está na continuação de uma política que reduz o défice, ou se esta questão do BANIF está a ser utilizada para ganhar maior espaço de manobra na negociação com Bruxelas, para que se possa dizer que os progressos que se vão realizar não são os que resultam do progresso de um défice não superior a 3% para um não muito inferior de



2,8%, mas sim de 4,2% para 2,8%, o que permitiria um resultado muito mais apreciável, embora muito pouco interessante para o país”.

Quanto às políticas do actual Governo, Passos Coelho afirmou que quando se começam a conhecer as intenções do Governo, as contas feitas pelo UTAO falam num acréscimo de dívida de cerca de 11 mil milhões de euros, ao mesmo tempo que o Governo está a prescindir de poupar em juros mais 500 milhões de euros e ao mesmo tempo vai pagar mais 350 milhões de euros de nova dívida. “Ainda antes de tomar qualquer opção sobre o procedimento de défice excessivo, o governo já decidiu que nos próximos anos prescindiremos de mais 500 milhões de euros de poupanças em juros e pagaremos mais juros de nova dívida. A minha pergunta é esta, considera que isso é compatível com a perspectiva da negociação que está a ter com o Comissão Europeia sobre o procedimento do défice excessivo e sobre o cumprimento das regras para 2016? Não é possível ao mesmo tempo dizer que devemos progredir em termos de défice estrutural e de défice nominal e ainda assim criarmos mais encargos para os contribuintes”.

Após insistir com António Costa para que diga que esforço de redução estrutural do nosso défice será necessário fazer para alcançar o défice de 2,8% em 2016, Passos Coelho concluiu a sua intervenção questionando ao Primeiro-Ministro qual o modelo de recapitalização do Novo Banco que o Governo defendia, já que critica a opção tomada pelo Banco de Portugal.

As questões financeiras do país e a possibilidade de Portugal se conservar na União Europeia sob procedimento por défice excessivo foram os dois principais temas levantados na intervenção do líder social-democrata.

O PSD abriu na sexta-feira o segundo debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, António Costa, no Parlamento com questões “políticas, económicas e sociais”, temas comuns a todas as bancadas. A seguir ao PSD, pela ordem prevista, intervieram o PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN.



Pedro Passos Coelho num jantar-comício em São João da Madeira

Eleger Marcelo Rebelo de Sousa é afirmar a independência do Presidente da República



Das eleições presidenciais deve sair alguém que se afirme com “independência e autonomia” e que possa colaborar com o governo, sendo essa personalidade Marcelo Rebelo de Sousa. Foi este o apelo do presidente do PSD, que participava num jantar-comício de apoio a Ricardo Figueiredo, candidato às eleições intercalares de São João da Madeira, no distrito de Aveiro, sábado, 16 de Janeiro. “Queremos que destas eleições [presidenciais] possa sair alguém que se afirme com independência e autonomia, que possa colaborar com o governo que está em funções ou com outro que os portugueses venham a escolher quando acharem que é tempo de mudar de governo e esse alguém é, do nosso ponto de vista, Marcelo Rebelo de Sousa”, disse.

Pedro Passos Coelho venceu que Marcelo Rebelo de Sousa não será eleito para defender nem o PSD, nem o CDS-PP, mas “fazer magistratura” acima dos partidos políticos e, se as pessoas forem votar, ele será eleito “logo à primeira volta”. “Não é demais nesta ocasião dirigir uma palavra a todo o país dizendo que a escolha do Presidente da República não é uma decisão secundária, não é uma questão irrelevante, não é uma questão que se deixe para segunda volta ou para outras voltas, é uma questão que nos deve mobilizar civicamente e politicamente”, frisou.

De acordo com Pedro Passos Coelho, muitos gostariam que esta campanha eleitoral para a Presidência da República fosse uma “espécie de segunda volta ou de desforra partidária”. “Eu diria até que, muitos dos candidatos à Presidência da República, parecem fazer gala em assumir-se como uma parte do país contra a outra e, vejam bem, eu que fui escolhido nas eleições para



chefiar o governo e que hoje lidero o maior partido da oposição que é também o maior partido português com assento parlamentar, sou o primeiro a dizer que o que espero do próximo Presidente da República é que não faça oposição ao governo, seja ele qual for, mas que respeite sempre os órgãos de soberania e o interesse nacional. É isso que Marcelo Rebelo de Sousa fará”, considerou. Por isso, sustentou, “estas eleições presidenciais são muito importantes”.

O líder social-democrata referiu que não são os partidos políticos que vão a votos nas eleições presidenciais porque a função de chefe de Estado pressupõe uma “independência” relativamente aos outros órgãos de soberania.

Passos Coelho aproveitou ainda o discurso para cumprimentar o actual Presidente da República, Cavaco Silva, que está em final de mandato, considerando que

“sempre soube” colocar o interesse do país “acima de tudo” e colaborar que os governos em funções. “Mas, tivemos no passado presidentes que fizeram da presidência um mandato de afirmação contra governos e contra os partidos políticos e não é isso que nós queremos hoje”, sustentou.

PS é um “contragoverno” que não pensa no futuro de Portugal

O presidente do PSD acusa o actual Governo PS de não estar a pensar no futuro de Portugal, mas sim em desfazer o que o anterior fez, actuando como um “contragoverno”. “Aquilo que se passa a cada dia, a cada semana, não é um governo a pensar no futuro do país, mas é um contra governo a pensar no passado e a desfazer o que o anterior governo fez”, afirmou. E concretizou: “Não imaginaria nunca que um Governo, que se afirmou por oposição ao anterior, achasse que tudo o que o anterior governo tinha feito estava bem feito, mas confesso que tenho dúvidas que a grande maioria dos portugueses também pense que tudo o que anterior governo fez estava tão mal feito, que tem de ser desfeito à velocidade da luz”.

O líder social-democrata realçou que “tirar medidas de austeridade” que, no passado, tiveram de ser aplicadas, “não é uma questão de direita ou de esquerda”, mas “uma questão de ser possível ou não ser possível”. “Tivemos de fazer muita austeridade, porque não havia outra possibilidade, nenhum governo decide implementar essas medidas por gosto”, frisou.

Na sua opinião, retirar medidas de austeridade “não faz o futuro do país”. Para preparar o futuro, é preciso ter empresas a exportar mais, escolas a formarem com mais exigência ou conseguir atrair mais investimentos

Passos Coelho salientou que, se o Governo de António Costa consegue “remover alguma austeridade, é graças aos bons resultados” da liderança do PSD/CDS-PP. “Se hoje é possível abandonar alguma austeridade, foi porque o resultado de anos de trabalho foi positivo, se fosse como era em 2011 eles eram agravados e não removidos”, entendeu.

Ressalvou ainda que, para que o país possa progredir nos próximos quatro anos, a política que é precisa “não é actual amostra de política”, frisando que António Costa está “apenas interessado” em ganhar as próximas eleições. “O governo que arripie caminho e prepare o futuro de Portugal, é isso que os portugueses precisam”, sustentou.

As eleições intercalares, para a Câmara Municipal de S. João da Madeira, realizam-se no Domingo, 24 de Janeiro de 2016, na sequência da renúncia ao cargo por parte de todos os elementos da lista do PSD, que venceu as eleições de 2013, mas vinha exercendo em minoria. Além da candidatura do PSD/CDS, ao novo acto eleitoral concorre também o PS, a CDU, o BE, o PNR e o movimento independente “SJM Sempre”.



Marcelo Rebelo de Sousa é o único candidato “com estatuto político para desempenhar as funções presidenciais”



Marco António Costa afirmou, durante o jantar de Reis da Distrital do PSD do Porto, dia 18, que Marcelo Rebelo de Sousa é o candidato mais preparado para ser Presidente da República. “O professor Marcelo Rebelo de Sousa é o único candidato com estatuto e estrutura política para desempenhar funções presidenciais. Na minha opinião, não podemos desperdiçar a oportunidade de lhe dar a vitória à primeira volta. O país beneficiará em ter um presidente isento e independente”, declarou.

Comentando a situação política nacional, o vice-presidente do PSD deixou um alerta: “A pressa da esquerda em reverter as medidas do anterior governo é inimiga da segurança e da estabilidade que o país precisa. Até podem juntar mais votos mas o país perde mais futuro”, disse.

Referindo-se à fiabilidade do Governo socialista, o vice-presidente do PSD ressaltou que o governo socialista, como não tem confiança na base política que o apoia, já que se tem revelado pouco fiável, “está em permanente obsessão eleitoral e recorre a políticas populistas que podem destruir todos os sacrifícios feitos nos últimos anos”. “No PSD desejamos que tudo corra bem, mas como sentimos estar a ver um filme repetido, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação quanto ao caminho que está a ser feito pelo país nas mãos do governo PS”, assinalou.

Tomada de posse do PSD de Arouca

O secretário-geral do Partido Social Democrata, José Matos Rosa, esteve na sessão de tomada de posse da Secção do PSD de Arouca, no sábado, 16 de Janeiro de 2016.



Opções do Governo no Banif podem ter aumentado custos dos contribuintes

O deputado do PSD António Leitão Amaro afirmou que o Governo tem de dar muitas explicações sobre a resolução do Banif, considerando que informações apontam que as opções tomadas implicaram elevar os custos para contribuintes, e pede com urgência uma auditoria independente a este processo. “À medida que o tempo passa, as preocupações e as dúvidas crescem sobre as opções feitas pelo Governo, em primeira linha, e pelo Banco de Portugal (...) Há demasiadas notícias a sugerir que muitas centenas de milhões de euros vão cair sobre os contribuintes porque resultam de escolhas e omissões do actual Governo”.

Para o político social-democrata, as informações que têm vindo a ser conhecidas sobre as opções tomadas no resgate ao Banif tornam “cada vez mais urgente a realização auditoria externa independente”, tal como o PSD já defendeu no Parlamento.

Segundo o ex-secretário de Estado, essa auditoria deve ser sobre “todo o processo Banif”, desde injeção de dinheiro público até à resolução, incluindo o papel do Governo socialista mas também as instituições europeias.

“A semana passada houve notícias sobre ofertas mais vantajosas [do que a do Santander Totta], já houve outras sobre grandes desvalorizações de activos [do Banif] que obrigaram à injeção de dinheiro a ser muito maior, assim como sobre a passagem para o Santander Totta de créditos fiscais e desta vez é sobre as escolhas sobre quem paga”, afirmou Leitão Amaro, considerando que somando as informações “são centenas de milhões de euros a mais que os contribuintes terão de pagar”, pelo que é necessário muitas explicações sobre esta operação, nomeadamente do Governo liderado por António Costa.



Francisco Pinto Balsemão tomou posse como conselheiro de Estado



O Presidente da República deu posse, dia 12 de Janeiro, aos sete novos membros do Conselho de Estado, os cinco cidadãos escolhidos pelos deputados, o presidente da Assembleia da República, e o Primeiro-Ministro. Numa cerimónia que decorreu no Palácio de Belém, Aníbal Cavaco Silva deu posse ao fundador do PSD e antigo

Primeiro-Ministro Francisco Pinto Balsemão, e por inerência a Eduardo Ferro Rodrigues, presidente da Assembleia da República, assim como ao Primeiro-Ministro, António Costa. Tomaram posse também os cinco cidadãos escolhidos pelos deputados como representantes da Assembleia da República no Conselho de Estado, numa votação que decorreu a 18 de

Dezembro. Com 226 dos 230 parlamentares presentes, a lista A (PSD/CDS-PP) obteve 104 votos e a lista B (PS, BE, PCP) conseguiu 116, verificando-se ainda um voto nulo e cinco em branco.

Os votos dos deputados levaram à escolha do também fundador do PSD, do líder parlamentar e presidente do PS, Carlos César, do fundador e ex-deputado do Bloco de Esquerda Francisco Louçã, assim como do “senador” do CDS-PP Adriano Moreira e do “histórico” do PCP Domingos Abrantes. O Conselho de Estado é actualmente composto por 19 membros, sendo presidido pelo Presidente da República.

A par dos cidadãos eleitos pelo parlamento, este órgão consultivo é ainda composto pelo primeiro-ministro, o presidente do Tribunal Constitucional, o Provedor de Justiça, os presidentes dos governos regionais, os antigos presidentes da República e cinco cidadãos designados pelo chefe de Estado, pelo período correspondente à duração do seu mandato.

De acordo com a Constituição, o Conselho de Estado pronuncia-se sobre a dissolução da Assembleia da República e das Assembleias Legislativas das regiões autónomas, sobre a demissão do Governo, sobre eventuais declarações de guerra e de paz, sobre os actos de um Presidente da República interino, e, em geral, aconselha o chefe de Estado no seu exercício, em caso de solicitação.

José Manuel Fernandes e Cláudia Monteiro de Aguiar nomeados para os prémios de melhores eurodeputados

Os eurodeputados José Manuel Fernandes e Cláudia Monteiro de Aguiar, ambos do PSD, são os únicos portugueses nomeados para os prémios de melhores deputados ao Parlamento Europeu em 2015, chamados “MEP Awards 2016”.

José Manuel Fernandes, coordenador do Grupo do PPE na Comissão dos Orçamentos, foi um dos três nomeados na categoria “Economia”. O Deputado do PSD destacou-se em 2015 pelo seu trabalho enquanto relator do “Plano Juncker” e responsável pela elaboração e negociação do “Orçamento Geral da União Europeia para 2016”.

Cláudia Monteiro de Aguiar é uma das três personalidades nomeadas na área do Turismo. Distinguiu-se em 2015 pela elaboração do relatório “Novos Desafios e conceitos para a promoção do Turismo na Europa”, no Pacote de Vistos na Comissão Transportes e Turismo: “Reformulação do código de vistos” e a criação de um “Visto de Circulação”. Organizou ainda em Lisboa, a 1ª Conferência Internacional, de um ciclo de Palestras, Trends & Dynamics: Europe Brand, que contou com mais de 200 agentes do sector e oradores internacionais.

Para José Manuel Fernandes “esta nomeação é uma consequência do sucesso das negociações do orçamento para 2016, no valor de 155 mil milhões de euros, e do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (Plano Juncker) que pretende mobilizar 315 mil milhões de euros nos próximos três anos.”

Cláudia Monteiro de Aguiar congratula-se com a nomeação. “Esta é uma das muitas formas de reconhecimento que obviamente acolho com enorme satisfação. É também um incentivo para continuar a empenhar-me e a lutar por este sector da economia que gera riqueza, que pode ser ainda mais impactante no PIB, que cria e pode criar ainda mais empregos”, referiu.

Estes prémios são atribuídos pela revista “The Parliament Magazine”, e visam distinguir os melhores eurodeputados do ano em 20 diferentes categorias, sendo os vencedores escolhidos, entre três finalistas designados pela publicação, pelos restantes deputados europeus. A cerimónia está marcada para o dia 16 de Março de 2016, em Bruxelas.



António Rodrigues eleito para a fiscalização das “secretas”



Os candidatos António Rodrigues (PSD) e Filipe Neto Brandão (PS) obtiveram mais do que dois terços dos votos favoráveis para serem designados membros do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP). Por voto secreto, na Assembleia da República, a lista conjunta do PS e do PSD para o órgão de fiscalização das “secretas” obteve 164 aprovações, 48 brancos e seis nulos. O Conselho de Fiscalização do SIRP é constituído por três elementos designados pela Assembleia da República, sendo presidido pelo ex-vice-presidente do PSD Paulo Mota Pinto.

António Rodrigues, ex-deputado, e o vice-presidente da bancada socialista Filipe Neto Brandão vão substituir no CFSIRP o procurador José António Branco, que terminou agora o seu mandato, e o ministro da Cultura, João Soares.

Também por voto secreto dos deputados, foram eleitos os cinco elementos propostos pela Assembleia da República para o Conselho Superior do Ministério Público. A lista conjunta entre PS, PCP, Bloco de Esquerda e “Os Verdes” obteve 108 votos a favor, tendo a do PSD e CDS-PP registado 96. Assim, por aplicação por método de Hondt aos resultados verificados, entram para o Conselho Superior do Ministério Público três elementos propostos pela esquerda parlamentar: o advogado Manuel Magalhães e Silva (nome proposto pelo PS), o ex-ministro socialista José António Pinto Ribeiro e João Madeira Lopes (nome indicado pelo PCP). Pela parte do PSD, foram eleitos António José Barradas Leitão (que já integra o Conselho, por indicação da ex-ministra da Justiça Paula Teixeira da Cruz) e João Lobo de Araújo.

PSD de Caminha acusa Câmara de acumular prejuízos de 4,3 milhões de euros

A Comissão Política do PSD de Caminha acusa a Câmara socialista de acumular, em dois anos de governação, prejuízos de cerca de quatro milhões e 300 mil euros. Em comunicado, o PSD de Caminha adianta que os dados contabilísticos de Dezembro de 2015 revelam “os efeitos devastadores da gestão financeira deste executivo”. “Infelizmente, este executivo do Partido Socialista ficará para a história como o responsável por uma gestão desastrosa que culmina em prejuízos financeiros sucessivos de um milhão e 700 mil euros em 2014 e dois milhões e 600 mil euros em 2015, que nunca aconteceu no passado”, lê-se na nota.

A concelhia social-democrata acrescentou que, “no percurso de mais de dois anos, o executivo socialista tem preferido caluniar a gestão os executivos do PSD, tentando branquear a sua obra e descurando completamente a sua própria gestão, marcada pela falta de rigor e transparência”.

“Não nos assacarão a responsabilidade de branquear e ignorar e não denunciar o estado financeiro ruinoso para o qual o executivo do PS nos está a conduzir”, alerta a concelhia do PSD.

Programa de intervenção cultural no Brasil

O PSD quer lançar um Programa de Intervenção Cultural no Brasil, na sequência do incêndio no Museu da Língua Portuguesa de São Paulo, a 21 de Dezembro de 2015, tendo apresentado na semana passada um projecto de resolução nesse sentido. Para os deputados sociais-democratas, o incêndio “veio salientar a importância” da relação cultural de Portugal com o Brasil enquanto “maior país do universo da Lusofonia e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”.

Descravendo o Museu em São Paulo como “um dos mais importantes polos de atracção daquela cidade, promovendo a importância da presença da Língua Portuguesa no mundo e divulgando-a junto de visitantes das mais variadas origens”, o PSD considera que o incêndio interrompeu a divulgação do português “exactamente no momento em que a CPLP celebra o seu 20.º aniversário”, o que obriga à adopção de “um plano de comemorações adequado e em que o papel da Língua Portuguesa no Mundo deve estar particularmente presente”.

Os parlamentares sociais-democratas julgam ainda necessário recuperar o projecto da criação de “uma Escola Portuguesa em São Paulo e dos Centros Cultu-



rais Portugueses naquela cidade e no Rio de Janeiro”, iniciativas que conheceram “significativos desenvolvimentos nos últimos anos” e “importa que não caiam no esquecimento”. “Entendemos que não haverá melhor forma de traduzir, em termos práticos, a solidariedade de Portugal com as autoridades e o povo brasileiro, a propósito do incêndio no Museu da Língua Portuguesa de São Paulo, do que dar plena sequência a estes projectos, lançando igualmente um Programa Cultural de significativa dimensão que torne ainda mais evidente a nossa presença no Brasil”, acrescentam.

Nesse sentido, o projecto de resolução do PSD pretende que o governo “proceda à rápida criação da Escola Portuguesa de São Paulo, a exemplo do que se tem vindo a verificar noutras cidades capitais de países lusófonos” e que, em articulação com as autoridades locais e instituições comunitárias, avance rapidamente “com a criação dos Centros Culturais Portugueses do Rio de Janeiro e de São Paulo”.

O Partido Social Democrata quer igualmente ver definido “um Programa de Promoção Cultural Portuguesa no Brasil, que envolva instituições como o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, a Casa de Portugal de São Paulo, o Gabinete Português de Leitura da Baía, o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco e o Grémio Literário de Belém do Pará, que deverão ser especialmente apoiadas para a requalificação do respectivo património arquitectónico e a preservação dos seus acervos culturais”.

Os deputados do PSD recomendam ainda que “o financiamento inicial destas acções seja feito através da afectação de uma percentagem das significativas receitas que os serviços consulares portugueses ali recolhem anualmente”.

PS é o “Partido Socialista Revanchista”



Luís Montenegro, líder parlamentar do PSD, considera que o PS está a transformar-se num “novo PSR - Partido Socialista Revanchista”, ao “desfazer” o que foi feito pelo anterior executivo. No final da reunião do grupo parlamentar do PSD, quinta-feira, o presidente do grupo parlamentar aponta o processo de transferência dos hospitais para as misericórdias, os transportes públicos, a avaliação na educação ou as 40 horas de trabalho semanal.

Luís Montenegro destaca a influência, através do PCP, da CGTP (no caso da reversão das subconcessões dos transportes de Lisboa e do Porto); e da Fenprof (no fim da prova de avaliação dos docentes e dos exames do primeiro ciclo).

E porque, insistiu, o PS quer “desfazer tudo o que foi feito”, “atrelado a interesses dos seus parceiros”, nomeadamente do PCP e através dele a central sindical CGTP, exemplo dos transportes, ou da Fenprof (Federação Nacional dos Professores), exemplo das mudanças nas avaliações. Em resumo, frisou, é “uma governação que não serve o interesse dos portugueses”, com um PS “ambíguo”, que por vezes não parece mas que “vai atrelado” às pretensões do Bloco de Esquerda e do PCP.

Depois de dizer que o ministro das Finanças anda “um pouco perdido” na questão de recuperar as 35 horas de trabalho semanal (que sindicatos exigem de imediato e ameaçam com uma greve) o líder parlamentar disse que dificilmente Portugal pode ser visto como um país atractivo para ter investimento.

O PSD repete que esta “é uma governação que não serve os interesses dos portugueses” que coloca “em causa a credibilidade externa e não favorece o investimento externo”.

Deputados questionam Governo sobre o Metro Mondego



O grupo parlamentar do PSD questionou o Governo sobre os planos que tem para o projecto Metro Mondego e para as obras no Ramal da Lousã, iniciadas em 2009 e suspensas logo a seguir. “Pretende o Governo concluir o projecto Metro Mondego?”, pergunta o PSD, num documento dirigido ao ministro do Planeamento e das Infra-estruturas, Pedro Marques, cuja primeira subscritora é a deputada Fátima Ramos, que era presidente da Câmara de Miranda do Corvo quando foram lançadas as primeiras empreitadas do empreendimento.

Os deputados querem ainda saber “qual o prazo previsto para concluir as obras”, iniciadas pelo último executivo de José Sócrates, em finais de 2009, e interrompidas pouco depois por falta de financiamento, bem como a solução tecnológica que o actual Governo “pretende implementar”.

O projecto do Metro Mondego, sociedade de capitais exclusivamente públicos que tem o Estado como accionista maioritário, criada há 20 anos, prevê a implantação e de uma rede de metro ligeiro, na ferrovia centenária e na cidade de Coimbra.

Com esta iniciativa, os deputados do PSD pretendem que o ministro Pedro Marques, através do presidente da Assembleia da República, responda às perguntas, fazendo um “ponto de situação do investimento na Linha da Lousã”.

Os outros deputados do PSD que subscrevem as perguntas ao Governo de António Costa são Margarida Mano, Maurício Marques, Manuel Rodrigues, António Costa da Silva, Odete Silva, Paulo Rios de Oliveira, Joel Sá e Cristóvão Norte.

PSD/Açores vai continuar a trabalhar pela Ilha Terceira

Os sociais-democratas “vão continuar a trabalhar” para encontrar soluções que ajudem a ilha Terceira a “vencer as dificuldades actuais” e que “não decorrem apenas da redução do contingente militar norte-americano na base das Lajes”. Duarte Freitas, que falava no Parlamento regional, defendeu a criação de uma zona especial no porto da Praia da Vitória que permita “a instalação de empresas que possam criar postos de trabalho efectivos” assim como a criação de “um centro de excelência”. A esse propósito, o presidente do PSD/Açores recordou que “já existiu algum trabalho feito pelo anterior governo da República junto de Bruxelas com o objectivo de criar essa Zona Especial”.

O líder dos sociais-democratas açorianos considerou ser necessário “continuar o trabalho de consensos a nível regional e com a República” de forma a assegurar “a defesa dos interesses regionais”, disse. “Esperamos que se possam encontrar soluções, que o centro de inteligência que os Estados Unidos previam instalar no Reino Unido possa ser colocado na ilha Terceira” disse Duarte Freitas considerando que é também possível “trabalhar junto da NATO que está a criar centros de excelência em toda a Europa e ainda não tem nenhum previsto para o nosso país”.

Para o presidente do PSD/Açores, “é necessário procurar mais fundo a origem dos problemas que se verificam na ilha Terceira e que não resultam apenas da redução militar na base das Lajes, basta ver o que se verifica actualmente na agricultura”.



Governo regional favorece as autarquias socialistas



O PSD/Açores deu voz às queixas emanadas pela Delegação Regional dos Açores da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), que tem como associadas 114 das 156 Freguesias do arquipélago, e que recomendou “uma avaliação rigorosa aos apoios concedidos às freguesias açorianas, apelando a que sejam respeitados os valores do rigor e da transparência”, disse o deputado Cláudio Lopes. O social-democrata apresentou um voto de protesto em plenário, frisando que, “segundo a delegação da ANAFRE, algumas juntas de freguesia sentem-se lesadas na distribuição de apoios financeiros por parte do Governo Regional dos Açores e das câmaras municipais da Região. Este tratamento desigual verifica-se um pouco por toda a Região e tem-se perpetuado ao longo dos anos”, citou.

Cláudio Lopes apelou “à necessidade e à urgência em democratizar, nos Açores, essa relação institucional. Que não se deve, nem pode, reger-se por tacticismo político ou por simpatias partidárias”, alertou.

Considerando que “as nossas juntas de freguesia são o parente pobre da Autonomia”, o deputado realçou “o trabalho árduo das mesmas para dar uma resposta adequada às solicitações das populações e das comunidades onde se inserem. Mesmo estando à mercê da disponibilidade e da boa vontade dos outros poderes, como as câmaras municipais e o Governo Regional”, criticou. “Este Governo Regional parece ter perdido a noção do imperativo ético que é a gestão rigorosa, transparente e isenta dos dinheiros públicos. E não é o PSD-Açores que o afirma, são os representantes das nossas freguesias, politicamente insuspeitos, que publicamente o denunciam”, disse o social-democrata.

Cláudio Lopes criticou também o executivo açoriano por “omitir a informação que lhe é solicitada pelos deputados que compõem este Parlamento, e isso tem sido bem visível no assunto que agora tratamos”, afirmou.

O deputado do PSD/Açores recordou que estão por responder, “respectivamente há 16 meses e há 7 meses, dois requerimentos, pedindo informações sobre todos os contratos celebrados entre o Governo Regional e as juntas de freguesia dos Açores”. E deu como exemplo apoios, “de quase 1 milhão de euros, que a Secretaria Regional do Turismo e Transportes atribuiu a 45 juntas de freguesia, sendo que 42 são presididas pelo PS, 2 pelo PSD e uma por um grupo de cidadãos independentes, o que é bem indicativo do que aqui referi”, acrescentou.

Cláudio Lopes acusou ainda a bancada do PS de “defender o impensável, negando o óbvio”, e que os fundamentos do voto apresentado “amplificam a voz da ANAFRE que, nos Açores, representa mais de 70% das freguesias.”

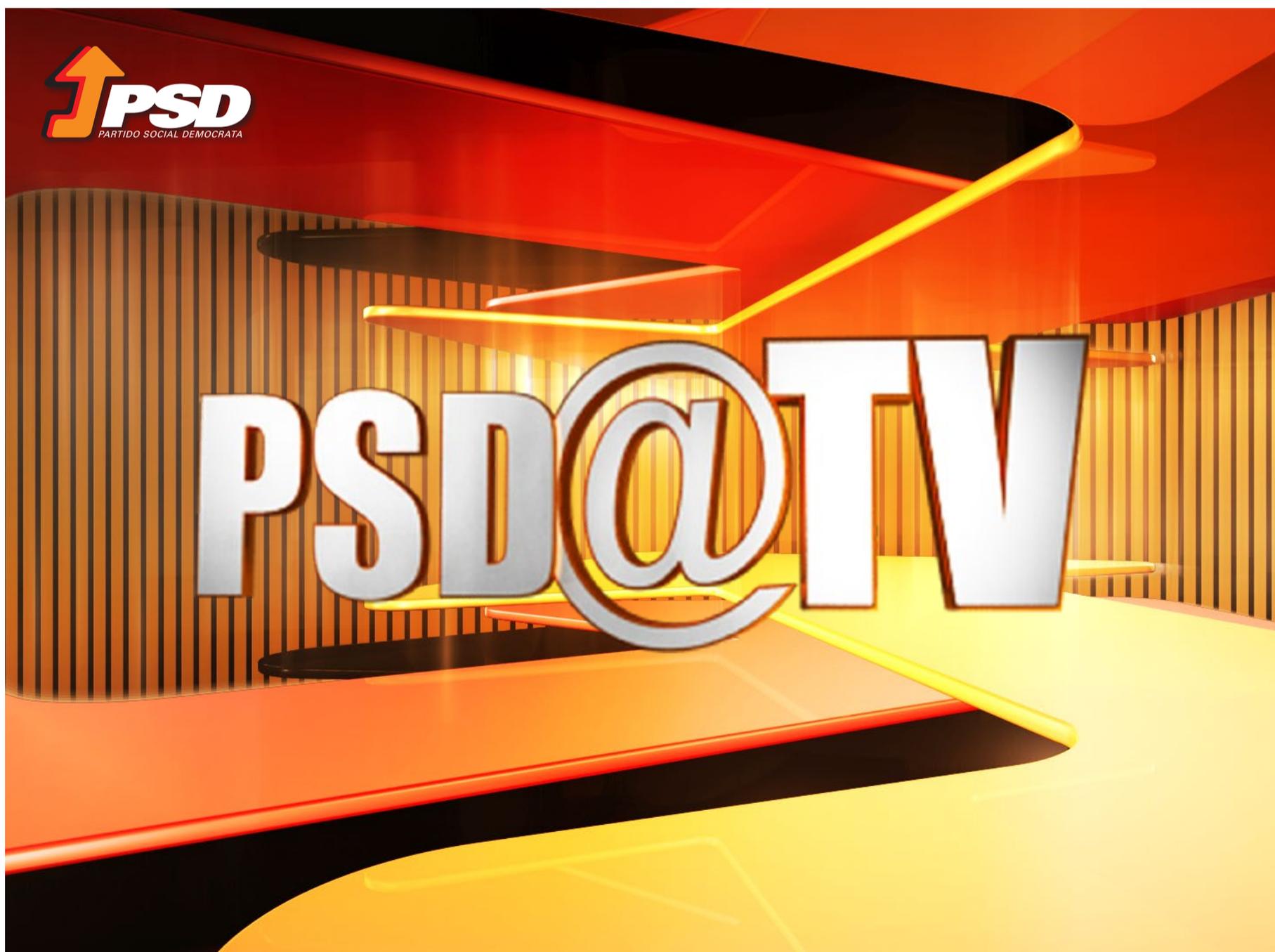
Fim da comunicação social escrita nas Flores é “um sinal de alarme para os açorianos”

O PSD/Açores considera que o fim da comunicação social escrita em mais uma ilha do arquipélago deve ser “um sinal de alarme para os açorianos, um sinal que nos deve incomodar e interpelar. O escrutínio dos poderes públicos e privados, políticos e económicos, não existe sem uma comunicação social forte e independente”, disse o deputado Bruno Belo.

Na apresentação de um voto de pesar pelo recente fecho do jornal “O Monchique”, da ilha das Flores, o social-democrata lembrou que a ilha se junta assim “ao Corvo e à Graciosa” como as “que não têm qualquer jornal local, apesar de um passado rico nesse domínio”, mostrando preocupação por “o registo futuro da história colectiva dessas ilhas apresentar agora uma carência flagrante”.

Para Bruno Belo, “a pluralidade de vozes que nos forma não existe sem imprensa”, lamentando que, com o desaparecimento do jornal “o Monchique”, devido “à falta de publicidade comercial e institucional, e mesmo à apatia de muitos assinantes, se perca a dedicação extrema dos seus proprietários, ao longo de 18 anos. E depois de 130 anos de imprensa escrita nas Flores”, referiu.

O deputado do PSD/Açores realçou ainda que a publicação “O Monchique” se deveu, essencialmente, “à persistência do seu director José António Corvelo Freitas, que cumpriu mais de trinta anos de colaboração na imprensa escrita dos Açores.”





Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

INICIATIVA DOS PORTUGUESES TEM CORRESPONDIDO ÀS EXPECTATIVAS DO GOVERNO

O Conselho de Ministros, reunido no passado dia 26, apreciou os últimos valores que traduzem o desemprego em Portugal e nos restantes países europeus. Como se sabe, em Portugal e no quarto trimestre de 1986 a taxa de desemprego foi 9,6 %, contra 10,9 % no trimestre homólogo de 1985, valor dos mais baixos da Europa; isso naturalmente deve-se à animação da vida económica nacional. Trata-se de um valor que já não era conseguido em Portugal há muitos anos.

O investimento reanimou, de facto, significativamente em 1986. Tudo indica que a meta traçada pelo Governo foi cumprida: + 9 % a 10 % do crescimento real do investimento em 1986.

O Conselho de Ministros considera que estes dados objectivos mostram o acerto da política do Governo e como são destituídas de fundamento as afirmações em sentido contrário de certas forças políticas e sociais. A verdade é que a iniciativa dos portugueses tem correspondido às expectativas do Governo, nomeadamente no domínio dos jovens empreendedores que podem contribuir, de modo decisivo, para a preparação do seu próprio futuro.

Com o propósito de continuar a estimular e a reforçar a propensão das famílias à poupança e prosseguir na política de apoio aos reformados, o Governo decidiu, alterando legislação anterior, permitir a abertura de contas «poupança-reformados» sob a forma de conta conjunta entre os cônjuges e os parentes no 1.º grau, e estabelecer a isenção de imposto sobre as sucessões e doações relativamente às transmissões por morte de depósitos constituídos nos termos do Decreto-Lei n.º

138/86, até ao limite de 1500 contos.

Elevou-se ainda o limite da isenção de imposto de capitais para o montante dos juros correspondentes ao Saldo da Conta até 1500 contos. Ambas as isenções produzem efeitos desde 1 de Janeiro do ano em curso.

Janeiro, relativa ao atendimento do público, insere-se numa política global de melhorar os serviços prestados pela Administração aos seus utentes que, numa perspectiva do Governo, deverá nortear uma acção contínua e sistemática de modernização administrativa.

estrutural do défice externo e do desemprego.

Assim, eleva-se para o dobro o «crédito fiscal por investimento», criado pelo Decreto-Lei n.º 179-C/86, de 18 de Julho, e deliberou-se isentar de imposto de selo os juros do financiamento bancário sempre que

ções, isentando-se igualmente do imposto de selo as operações que sobre eles incidam.

Foi ainda aprovado um diploma que isenta do imposto especial sobre veículos ligeiros e de passageiros os deficientes com grande invalidez igual ou superior a 60 % em relação a veícu-

ceiros sociais do direito de auto-regulamentação das condições de trabalho.

Assim, e considerando que ao Estado compete, fundamentalmente, fixar os grandes parâmetros dentro dos quais se desenvolvem a negociação colectiva, o Governo decidiu rever o enquadramento jurídico existente, e aprovou um diploma que elimina, praticamente, a intervenção administrativa na regulamentação por via directa das condições de trabalho. Por outro lado, foi revogada a proibição legal que impedia a negociação colectiva às pessoas colectivas de direito privado e utilidade pública.

A intervenção do Estado nesta área dirigir-se-á a partir de agora no sentido de, sempre que seja caso disso, incrementar o recurso, pelas partes, à conciliação, mediação e arbitragem para resolução de conflitos de trabalho que resultem da negociação ou revisão de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho.

A intervenção do Estado será ainda possível por via de portarias de extensão cujo regime é aperfeiçoado no sentido da extensão total ou parcial de convenções colectivas ou decisões arbitrais a sectores económicos onde não existem associações patronais ou sindicais e que tenham semelhanças económicas e sociais com os sectores regulados.

A aprovação do presente diploma foi precedida de discussão pública tendo sido acolhidas no texto final muitas das considerações formuladas pelas organizações de trabalhadores e de empregadores e pelo Conselho Permanente de Concertação Social.

Foi ainda aprovado o Decreto-Lei que põe em execução o Orçamento de Segurança Social para 1987.

• Investimento reanimou

significativamente em 1986

• Taxa de desemprego

situa-se abaixo dos 10 por cento

Repartições de Finanças abertas à hora de almoço

O Governo tendo em vista facultar a utilização durante a hora de almoço dos serviços das repartições de finanças, tesourarias da fazenda pública e repartições dos registos e notariado dos concelhos de Lisboa e Porto, decidiu estabelecer a título experimental que o horário de atendimento ao público nestes serviços passe a ser feito, ininterruptamente, das 9 às 16 horas. A presente medida, na sequência da Resolução n.º 6/87, de 29 de

Também na perspectiva da modernização administrativa e da simplificação de processos no seio da própria administração pública, o Conselho de Ministros aprovou um Decreto-Lei que visa permitir que o abono das diuturnidades seja feito sem dependência do pedido do funcionário interessado e com efeitos a partir do momento em que se adquire o respectivo direito. Consagra-se assim uma solução justa e de cariz fortemente desburocratizador.

O Governo decidiu criar dois incentivos fiscais a que poderão ter acesso os investimentos que relevem para os objectivos da correcção

o investimento satisfaça à conjugação do coeficiente «capital/produto» e do «prazo de recuperação em divisas», ambos sujeitos a níveis máximos.

As normas processuais estabelecidas são as mais simples possíveis. Cabendo a uma instituição credenciada — bancária ou de outra natureza — apreciar se a empresa e o projecto preenchem as condições de acesso.

Também foi decidido isentar de imposto de capitais, complementar secção A e sucessões e doações os rendimentos provenientes de certificados de consigna-

los que utilizarem como combustível o gasóleo desde que a respectiva cilindrada não ultrapasse 2 500 cm³.

A razão de ser da medida preconizada prende-se com a necessidade de harmonizar os esquemas de benefício criados em vista a facilitar a integração social dos deficientes.

A progressiva alteração que se tem verificado, nos últimos anos, no condicionalismo económico e social em que se desenvolvem as relações colectivas de trabalho em Portugal aconselha que o seu regime jurídico seja revisto, no sentido da integral devolução aos par-

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALBERGARIA A VELHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Albergaria-A-Velha, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua Padre Matos, Edifício Amazonas, entrada 4, r/c Esq. A/B, com a seguinte

Ordem de trabalho

- 1 – Eleição da Comissão Política de Secção
- 2 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, na sede que se encontra aberta, nesse dia das 22h00 às 24h00, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir, no próximo dia 25 de Janeiro de 2016, (segunda-feira) pelas 21h30, sede, sita na Rua de Trás-os-Montes, nº 4 B – na freguesia de Santo António da Charneca, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Apresentação e aprovação das contas do exercício de 2015
- 3 – Apresentação e aprovação do orçamento para o ano de 2016
- 4 – Análise da situação política

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua de Trás os Montes, nº 4 B, na Freguesia de Santo António da Charneca, com a seguinte

Ordem de trabalho

- 1 – Eleição da Comissão Política de Secção
- 2 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Coimbra, para reunir, no próximo dia 30 de Janeiro de 2016, (sábado) pelas 17h00, sede, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, nº 16, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise da situação política nacional

- 2 – Plano de actividades para 2016
- 3 – Outros assuntos

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Guarda, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua Marquês de Pombal, nº 3 – 2º andar, com a seguinte

Ordem de trabalho

- 1 – Eleição dos órgãos da Secção
- Comissão Política de Secção
- Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém, para reunir, no próximo dia 29 de Janeiro de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, sede, sita na Calçada de Mem Ramires, nº 10, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise da situação política

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 28 de Janeiro de 2016, (quinta-feira), pelas 21h00, na sede da Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23, 1.º Esq., com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Apreciação e votação das contas do ano de 2015
- 3 – Análise da situação político-partidária.

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sintra para reunir no próximo dia 28 de Janeiro de 2016 pelas 21h00 (quinta-feira) na sede, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, nº7, - Portela de Sintra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – O PSD e a Autarquia de Sintra

U. S. A.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia eleitoral da Secção dos USA, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (Sábado) pelas 14h00, no Portuguese Club of Long Branch 191 Broadway – Long Branch, NJ 07740, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, no Portuguese Club of Long Branch 191 Broadway – Long Branch, NJ 07740, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00



I CONSELHO DISTRITAL EXTRAORDINÁRIO DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Castelo Branco para reunir, em sessão extraordinária, no Domingo, 31 de Janeiro de 2016, pelas 15 horas, no Auditório do Museu Judaico de Belmonte, sita na Rua da Portela, n.º 4, em Belmonte, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação e Apreciação do Relatório de Actividades e Iniciativas de 2015;
- 2 – Apresentação, Apreciação e Votação do Relatório de Contas de 2015;
- 3 – Apresentação, Apreciação e Votação do Plano de Actividades e Iniciativas para 2016;
- 4 – Apresentação, Apreciação e Votação de Alterações ao Regulamento Interno Distrital;
- 5 – Apresentação e Discussão do Plano de Comunicação da CPD;
- 6 – Apresentação e Discussão da Moção de Estratégia ao Gabinete Autárquico;
- 7 – Análise da situação política – Eleições Presidenciais 2016;
- 8 – Outros assuntos de relevo para a JSD Distrital de Castelo Branco;

CONSELHO DISTRITAL DE FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Distrital de Faro, no próximo dia 30 de Janeiro de 2016, (Sábado), pelas 10h30m, na sede do PSD Algarve, sita na Rua Projectada à Rua de São Luís n.º 1, em Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política local, distrital e nacional;
- 2 – Análise e discussão sobre a representação da JSD à assembleia distrital do PSD para o biénio 2016/18;
- 3 – Outros assuntos.

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário concelhio da JSD secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 6 de Fevereiro (sábado), pelas 21h, na sede concelhia do PSD Barcelos, sita na Avenida Alcides Faria, n.º226, 1.º Dto., Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações da Comissão Política de Secção;
- 2 – Apresentação do plano de actividades da Secção para o ano de 2016;
- 3 – Outros assuntos de interesse para a JSD.

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD, convoco o seguinte Plenário Concelhio da JSD Barreiro a reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2016, pelas 21:00h, na Sede Concelhia do PSD Barreiro sita na Rua de Trás-os-Montes, n.º 4 B, em Santo António da Charneca, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da Situação Política Local e Nacional;
- 3 - Outras informações.

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os Militantes da Secção da Póvoa de Varzim para reunirem em Plenário no dia 19 de Fevereiro de 2016, sexta-feira, entre as 20h30m e 22h30m, na sede concelhia do PSD da Póvoa de Varzim, sita à Praça do Almada, n.º 7 – 1.º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Concelhios da JSD da Póvoa de Varzim.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Plenário ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas deve ser feita na Sede do PSD da Póvoa de Varzim.

MONÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da concelhia da Juventude Social-Democrata de Monção para reunir no dia 5 de Março 2016, pelas 17 horas, na sede do PSD Monção, sita no largo do Rosal em Monção, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Monção.

Notas:

As urnas estarão abertas das 17h00m às 19 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede concelhia do PSD Monção.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia do Seixal, para reunirem no dia 20 de Fevereiro de 2016, pelas 18:00h na sede do PSD Seixal, sita na Rua do MFA, 11 2845-380 Amora, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa de Assembleia e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Assembleia da JSD Distrital de Setúbal, ou a quem estatutariamente a substitua, até às 23h59, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 18h00m e as 20 horas.

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e regulamentos da JSD, convoco todos os militantes da Concelhia de Cantanhede, para reunir no próximo dia 20 de fevereiro de 2016 (sábado), pelas 18 horas, na sede do PSD de Cantanhede, sita na Praça Marquês de Marialva, Edifício Rossio - 2º andar - Sala 11, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua estatutariamente até às 23.59h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Concelhia de Cantanhede. As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de subscrição.

As urnas estarão abertas das 18h00m às 21 horas.

LOUSÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e regulamentos da JSD, convoco todos os militantes da Concelhia da Lousã, para reunir no próximo dia 20 de fevereiro de 2016 (sábado), pelas 18 horas, na Sede do PSD da Lousã, sita Rua Dr. Pires de Carvalho, nº 54, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa

ou a quem o substitua estatutariamente até às 23.59h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Concelhia da Lousã. As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de subscrição.

As urnas estarão abertas das 18h00m às 21 horas.

MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e regulamentos da JSD, convoco todos os militantes da Concelhia de Mira, para reunir no próximo dia 20 de fevereiro de 2016 (sábado), pelas 18 horas, na sede do PSD de Mira, sita Avenida 25 de Abril - Galerias de Mira, 3070 - 301 Mira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua estatutariamente até às 23.59h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Concelhia de Mira. As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de subscrição.

As urnas estarão abertas das 18h00m às 21 horas.

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e regulamentos da JSD, convoco todos os militantes da Concelhia de Oliveira do Hospital, para reunir no próximo dia 20 de fevereiro de 2016 (sábado), pelas 18 horas, na Sede do PSD de Oliveira do Hospital, Rua António Canastrinha, Lote 12 - nº 1 - 1º B, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua estatutariamente até às 23.59h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Concelhia de Oliveira do Hospital. As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de subscrição.

As urnas estarão abertas das 18h00m às 21 horas.

PENACOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e regulamentos da JSD, convoco todos os militantes da Concelhia de Penacova, para reunir no próximo dia 20 de fevereiro de 2016 (sábado), pelas 18 horas, na Sede do PSD de Penacova, Edifício Penedo Raso, R/c Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua estatutariamente até às 23.59h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede da Concelhia de Penacova. As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de subscrição.

As urnas estarão abertas das 18h às 21h.

Soure

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e regulamentos da JSD, convoco todos os militantes da Concelhia de Soure, para reunir no próximo dia 20 de fevereiro de 2016 (sábado), pelas 18 horas, na Biblioteca Municipal de Soure, Praça da República, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua estatutariamente até às 23.59h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Concelhia de Soure. As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de subscrição.

As urnas estarão abertas das 18h00m às 21 horas.

RECTIFICAÇÃO DE HORÁRIO

PROCESSO ELEITORAL JSD DISTRITAL DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os Plenários das Concelhias da JSD do Distrito de Coimbra, para reunião a realizar no dia 20 de Fevereiro de 2016 (Sábado), pelas 18h, nos locais abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao Congresso Distrital da JSD Coimbra.

Arganil, 18h00/ 21h00 Local - Sede PSD Arganil

Cantanhede, 18h00/ 21h00 Local - Sede PSD Cantanhede

Coimbra, 16h00/ 23h00 Local - Sede PSD de Coimbra

Condeixa-a-Nova, 18h00/ 21h00 Local - Sede PSD

Condeixa-a-Nova

Figueira da Foz, 18h00/ 21h00 Local - Sede PSD Figueira da Foz

Lousã, 18h00/ 21h00 Local - Sede PSD Lousã

Mira, 18h00/ 21h00 Local - Sede PSD Mira

Miranda do Corvo, 18h00/ 21h00 Local - sede PSD

Miranda do Corvo

Montemor-o-Velho, 18h00/ 21h00 Local - Sede PSD

Montemor-o-Velho

Oliveira do Hospital, 18h00/ 21h00 Local - Sede PSD

Oliveira do Hospital

Pampilhosa da Serra, 18h00/ 21h00 Local - Sede PSD

Pampilhosa da Serra

Penacova, 18h00/ 21h00 Local - Sede Concelhia do

PSD Penacova

Soure, 18h00/ 21h00 Local - Sede Concelhia do PSD

Soure

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no local indicado para a reunião, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas entre as 18h e as 21h.

RECTIFICAÇÃO DE LOCAL

CONGRESSO DISTRITAL JSD COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o III Congresso Distrital da JSD Coimbra, para reunir no próximo dia 27 de Fevereiro de 2016 (Sábado), pelas 14h30, no Auditório da Biblioteca Municipal Miguel Torga, sito na Av. das Forças Armadas, no concelho de Arganil, de acordo com o seguinte Regulamento.